



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

PAD n.º 15564/2019

Assunto: Impugnação Pregão n.º 13/2020. Serviços gráficos.

Parecer n.º. 138/2020

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise de Impugnação formulada pela empresa TEIXEIRA IMPRESSÃO DIGITAL E SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA. (doc. n.º 44977/2020), versando sobre os prazos de entrega fixados no edital do Pregão n.º 13/2020, tópico 4.4 do Termo de Referência, anexo do ato convocatório.

1.1. Alega a impugnante, em síntese, que diante da complexidade que envolve a fabricação dos impressos, o prazo de entrega estabelecido em edital é insuficiente para que empresas sediadas em local diverso possam efetivamente concorrer no certame, pois “o período de transporte” irá variar em função do “local de sede da empresa licitante”. Sugere, neste sentido, provável “direcionamento” a “fornecedores/fabricantes”. Pugna, portanto, pela alteração do ato convocatório, para que seja estabelecido o prazo de 30 dias, sendo “10 (dez) dias para fabricação, e 20 (vinte) dias para questões logísticas”, ou, alternativamente, que o edital traga previsão expressa da possibilidade de futuro pedido de prorrogação de prazo.

2. Instada a se manifestar (doc. n.º 45098/2020), a área solicitante, com muita propriedade, aduziu (doc. n.º 45414/2020):

“3. Sem prejuízo da avaliação da matéria sob o prisma jurídico, pela Unidade de Assessoramento competente, esta Seção esclarece que o prazo ora estabelecido revela-se razoável para a realização e entrega do serviço, tendo em vista a natureza dos itens a serem requeridos, bem como a variedade de modalidades de entrega/frete disponíveis no mercado.

4. Acrescente-se que a localização da sede deste Regional no município de Salvador, capital baiana, também agrega fator facilitador para a entrega do serviço a ser contratado, tendo em vista a existência de terminais rodoviários, aeroportos, sede de Correios e de outras transportadoras com logística estabelecida em diversos Estados do país.

5. Registre-se, ainda, que o prazo sob comento tem contagem expressa em dias úteis, e não corridos, e que se coaduna com a necessidade deste Regional que, por vezes, precisa prover unidades ou autoridades de determinados serviços num curto período de prazo, a exemplo de cartões de visita para membros do Pleno recém-empossados.

6. Adicionalmente, registre-se, por oportuno, que as atas de registro de preço (ARPs) alusivas a serviços similares firmadas em 2019 estabeleciam prazo idêntico, consoante demonstrado no Quadro 1, não se registrando qualquer intercorrência na execução e entrega dos serviços pertinentes ao longo de sua execução, mesmo diante de preços registrados junto a empresas sediadas em outros Estados”:

É o breve Relatório.

3. De fato, o ato convocatório não poderá conter exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, salvo se houver justificativa para tanto, como se percebe da leitura do dispositivo abaixo (art. 3º, § 1º, I, da lei nº 8.666/93):

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;”

4. *In casu*, não vislumbramos, na disposição editalícia ora atacada, qualquer inadequação ou restrição, como supõe a impugnante. Vejamos:

“4.4. A contratada entregará o material no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que será providenciada pela fiscalização do contrato, no prazo de 15 dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.5. A entrega do primeiro pedido de cada item a ser confeccionado deverá ser precedida da aprovação de prova, que deverá ser entregue na Seção de Gestão da Informação (SEINFO), localizada no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, sito na Primeira Avenida do CAB n.º 150 – CEP 41.745-901- Salvador-BA.

4.5.1. O prazo de entrega da prova será de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da mídia eletrônica. A mídia será enviada 02 dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho referente ao item cuja prova deverá ser confeccionada.

4.5.2. A prova será analisada pela fiscalização do ajuste no lapso de 03 (três) dias úteis, prazo após o qual será emitida a Ordem de Serviço referida no tópico 4.4, devendo a Administração indicar, na oportunidade, os eventuais ajustes necessários na prova.

4.5.3. A apreciação da prova levará em conta a fidelidade da reprodução com o arquivo original.”

4.1. Julgamos, inclusive, a partir da leitura de todas as disposições acima (complementares ao tópico 4.4) que a entrega do material, ocorrendo após formal procedimento de aprovação, reduz, sensivelmente, eventuais riscos de inexecução ou execução com falhas ou atrasos. A princípio, a logística para a confecção e entrega do *primeiro produto* (prova) servirá à fase subsequente de entrega da totalidade do pedido.

4.2. De qualquer modo, os argumentos da área solicitante, por si só, afastam a alegada *inadequação de prazo de entrega* apresentada na peça de impugnação, e, de igual modo, qualquer dúvida lançada quanto a indevida restrição, que, conseqüentemente, restringiria a competitividade do certame. Ainda mais quando a área apresenta quadro de Atas RP anteriores, firmadas com empresas sediadas em local diverso de Salvador, sem informação de ocorrências, neste particular¹. ”

¹ Ata RP nº 07/2019, empresa sediada em Brasília; Ata RP nº 09/2019, empresa sediada em Curitiba.

5. Pelo exposto, somos pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se os prazos de entrega ora lançados no edital do Pregão nº 13/2020, ressaltando-se que pedidos de prorrogação poderão ser formulados pelos fornecedores, sem necessidade de expressa previsão em edital, desde que amparados nas normas vigentes.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

Salvador, 16 de março de 2020.

Silene Mascarenhas de Souza
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos